

Cresce tendência P 6 30-03-88 JBR por adiamento de eleição municipal

Apesar da resistência dos históricos do PMDB, do presidente deste partido e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, dos líderes peemedebistas no Senado (Fernando Henrique Cardoso), na Assembléia (senador Mário Covas) e na Câmara (deputado Ibsen Pinheiro), além de vários governadores e numerosos partidos (PDT, PT, PCB e PC do B), a tese do adiamento das eleições municipais, marcadas para novembro próximo, cresceu bastante entre os constituintes.

Numa roda de parlamentares, após o pronunciamento de Covas contra a tese prorrogacionista, o líder do governo no Senado, Saldanha Derzi (PMDB-MS) fez questão de ressaltar: "Ninguém fala em meu nome, nesse assunto."

Entre parlamentares, alguns assessores do governo, no meio dos quais se encontravam militares, asseguravam que "não teríamos eleições este ano."

O deputado Lúcio Alcântara, do PFL cearense, comentava a questão da Câmara Municipal de Fortaleza, posta sob intervenção, para considerar injustificável a prorrogação de mandatos. Mas o representante pefelista reconhecia que "a tese estava forte na Assembléia".

Pelo que se percebia, entre as lideranças governistas, o Palácio do Planalto estava olhando com simpatia o crescimento do prorrogacionismo, apesar das resistências de governadores que havia ajudado e presidente Sarney a ver aprovada na Assembléia a tese do presidencialismo e do mandato presidencial de cinco anos. Estão nesse caso os governadores Orestes Quércia, de São Paulo, às voltas com a administração de Jânio Quadros na capital do estado, posto

esse desejado por peemedebistas da linha quercista, e Newton Cardoso, de Minas interessado em estender sua hegemonia a dezenas de prefeituras mineiras em mãos do PFL.

Mas, na avaliação do governo, além do fato de talvez não haver tempo útil para a realização do pleito municipal em novembro, devido à morosidade dos trabalhos da Constituinte, o adiamento de tais eleições poderia conceder relativa trégua política e econômica, ao presidente Sarney.

Por sinal, em matéria de prorrogação de mandatos, o presidente Sarney, na condição de senador e dirigente nacional do PDS, teve duas posturas prorrogacionistas. Em setembro de 1980, votou favoravelmente à prorrogação dos mandatos de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, que se encerravam em 31 de janeiro de 1981. Essa emenda, embora de autoria de um deputado do PDS, à época, o goiano Anísio de Sousa, foi estimulada pelo presidente João Figueiredo. Com a aprovação da medida — que pretendia justificar-se na necessidade de restabelecer a coincidência geral de eleições, em 1982 e de evitar despesas eleitorais frequentes, cancelou-se o pleito municipal marcado para 15 de novembro de 80.

Em 1982, no entanto, faltando cinco meses para o pleito geral aprovado dois anos antes, o governo Figueiredo, a pretexto de tornar novamente coincidentes as eleições federais e estaduais com as municipais, aprovou o mandato de seis anos para prefeitos e vereadores a serem eleitos naquele ano!

Ulysses condena prorrogação

"Qualquer tipo de prorrogação de mandato é um golpe contra a democracia". A afirmação foi feita ontem pelo deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e da Constituinte, a propósito das articulações que tem sido feitas nos últimos dias para a prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos municipais, com a realização de eleições só em novembro de 1989.

Eleições, segundo o presidente do PMDB, é do programa e da tradição do partido. A posição do partido — disse — é sempre contrária a qualquer prorrogação, seja de mandatos de diretórios municipais, regionais ou nacional, ou de qualquer cargo eletivo. O PMDB, de acordo com seu presidente, nunca pregou a prorrogação das eleições municipais

para 89.

Também o líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, condenou as articulações para a prorrogação das eleições, afirmando que as eleições municipais serão realizadas neste ano, mesmo ocorrendo atraso na promulgação da Constituição. Ele encaminhou correspondências ontem às lideranças dos demais partidos, solicitando que todas as opostas e projetos sobre eleições municipais sejam juntados para exame na próxima terça-feira, em reunião dos líderes partidários na Câmara.

Segundo o líder peemedebista, as propostas e projetos terão um possível encaminhamento na pauta de urgências, como resposta aos boatos sobre prorrogação de mandatos.